

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA: UTILIZANDO A TEMÁTICA EM AULAS DE HISTÓRIA



THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY AND THE NATIONAL DEMOCRATIC REVOLUTION: USING THE THEME IN HISTORY LESSONS

CESAR AUGUSTO FERNANDES COSTA

Graduação em História pela Universidade Nove de Julho (2016); Pós-graduação História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira (FETREMIS) (2019); Professor de Ensino Fundamental II - História - na EMEF Vladimir Herzog; Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - na EMEF Clotilde Rosa Henriques Elias.

RESUMO

O estudo da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a ditadura militar no Brasil oferece uma rica oportunidade para desenvolver uma compreensão crítica entre os alunos sobre a resistência política e social durante regimes autoritários. O PCB, com suas diversas correntes ideológicas, proporciona um exemplo de como diferentes setores da sociedade podem reagir e se organizar contramedidas autoritárias. Analisar essa atuação em sala de aula pode ajudar a ampliar a noção de democracia e cidadania entre os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Esquerda Política; PCB; Ensino de História.

ABSTRACT

Studying the actions of the Brazilian Communist Party (PCB) during the military dictatorship in Brazil offers a rich opportunity to develop a critical understanding among students of political and social resistance during authoritarian regimes. The PCB, with its various ideological currents, provides an example of how different sectors of society can react and organize against authoritarian measures. Analyzing this action in the classroom can help broaden the notion of democracy and citizenship

among students.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Political Left; PCB; History Teaching.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a atuação do Partido Comunista do Brasil, que merece ser analisada de uma forma íntegra para se compreender como setores da sociedade, principalmente a esquerda, através de movimentos políticos, sociais, sindicais, e revolucionários que atuavam na resistência pacífica ou armada no período da ditadura no Brasil.

O estudo da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante a ditadura militar no Brasil oferece uma rica oportunidade para desenvolver uma compreensão crítica entre os alunos sobre a resistência política e social durante regimes autoritários. O PCB, com suas diversas correntes ideológicas, proporciona um exemplo de como diferentes setores da sociedade podem reagir e se organizar contramedidas autoritárias. Analisar essa atuação em sala de aula pode ajudar a ampliar a noção de democracia e cidadania entre os estudantes.

Entre várias organizações, instituições e partidos políticos clandestinos -ou não-, a ação do PCB me despertou a curiosidade por se tratar de um partido de várias correntes ideológicas, segundo Pandolfi (1995, p. 14) o partido comunista é totalmente diferente dos demais partidos pois sua estrutura interna, modelo organizacional, projeto político e sua visão de mundo o distinguem pelo simples motivo que ninguém nasce comunista. A pessoa se torna comunista por uma noção de pertencimento e identidade.

O objetivo do estudo apresentado é de extrema importância para a análise crítica do processo histórico recente no país, porque é importante compreender a ação dos movimentos sociais e políticos contra as medidas desumanas e autoritárias dos governos ditatoriais, porque segundo Napolitano (1998, p. 3) é preciso conscientizar as pessoas de que a democracia é um sistema onde todos devem ser tratados igualmente, independentemente da vontade subjetiva, das simpatias, amizades, preconceitos, etc., ampliando, a noção de pertencimento ao espaço público, familiarizando –se com o ambiente democrático, e assim, erradicar qualquer tipo de “nostalgia” do período autoritário.

Para produzir esse conhecimento aqui apresentado foram utilizadas diversas fontes historiográficas renovadas, em sua maioria de caráter marxista, como uma forma de abordagem mais fiel aos ideais ideológicos do PCB.

O período histórico que este artigo abrange inicia-se em setembro 1960 com V congresso do PCB – quando iniciou o processo de saída do grupo que formou o PCdoB -, até maio de 1985, quando o partido conquista a legalidade na justiça eleitoral.

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A REVOLUÇÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA: UTILIZANDO A TEMÁTICA EM AULAS DE HISTÓRIA

O V CONGRESSO DO PCB

O congresso realizado em setembro de 1960 foi decisivo para compreender o posicionamento do PCB como a adoção de novas políticas, com mais diálogo com a burguesia, considerando que a revolução era um processo lento e gradual. Segatto (1993, p.145) destaca que a preocupação principal do partido era romper com o sistema capitalista e, lentamente, acelerar uma revolução nacional que se convertesse em revolução socialista.

Porém, esse viés foi considerado pacificador e conciliador demais por alguns grupos mais radicais dentro do PCB, como Pandolfi ressalta:

Mesmo após a Declaração de Março e a saída do grupo que formou o PC do B, concepções mais radicais e mais moderadas permaneceram convivendo no interior do PCB. Dividindo entre os “maximalistas” e os “minimalistas”, o partido vivia o dilema entre adotar uma postura mais “conciliadora” ou mais “radical”(…) um dos mais significativos paradoxos vividos pelo Partido Comunista Brasileiro foi de auto – intitular um partido revolucionário – o partido da classe operária – e adotar uma política mais ampla, buscando abranger os mais variados setores da sociedade. As oscilações entre uma postura mais “revolucionária” e outra mais “reformista” sempre geraram tensões, provocando inúmeras cisões no interior do PCB. (PANDOLFI, 1995, p. 185).

Com todas as divergências internas do PCB ficou nítido no congresso do partido que havia várias divergências internas em como a esquerda deveria atuar no país. Porém, Pandolfi (1995, p. 185) destaca que o partido priorizou a via pacífica para transformar o regime, acreditando que através do voto era possível combater o latifúndio e o imperialismo.

O OTIMISMO DO PCB ÀS REFORMAS DE BASE

João Goulart assumiu a presidência da República devido a renúncia de Jânio Quadros. Braick (2011, p. 211) afirma que vários setores militares e políticos tentaram impedir a posse de João Goulart, pois no momento da renúncia ele estava em uma viagem oficial à China, um país socialista, e, pelo fato de representar a herança política de Vargas, sendo muito próximo dos sindicatos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, lideranças sindicais e estudantis começaram a se mobilizar em defesa da posse de Jango. Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, articulou o regime parlamentarista. Segundo Figueiredo (1993, p. 66) “a adoção do regime parlamentarista representava uma dificuldade para que o presidente implementasse reformas que ferissem os interesses dos grupos mais conservadores”.

Ao assumir a presidência no dia 7 de setembro de 1961, Jango assume as propostas próximas às defendidas pelo PCB:

Além das chamadas reformas de base, incluindo as reformas agrária, urbana, bancária, fiscal, universitária, o presidente da República propôs uma política sobre o capital estrangeiro e de nacionalização e estatização dos setores básicos da economia. Defendia a extensão do direito do voto aos analfabetos e aos oficiais não - graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do Partido Comunista. (PANDOLFI, 1995, p.188)

Devido a emenda constitucional nº 4, os brasileiros tiveram escolha entre o sistema presidencialista ou parlamentarista em um plebiscito. Previsto inicialmente para 1965, o plebiscito foi antecipado para 6 de janeiro de 1963.

Com a larga vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963 com cerca de 80% dos votos, João Goulart recupera seus poderes presidenciais. Como chefe do governo prometeu realizar as reformas de base: agrária, administrativa, bancária, tributária, eleitoral e educacional. Essas propostas buscavam diminuir as desigualdades na sociedade brasileira.

Para completar o cenário que antecedeu a deposição de João Goulart é importante acrescentar mais dois aspectos. O primeiro refere-se ao apoio que o PTB, partido de Jango, havia recebido do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que os ideais nacionalistas e a defesa da modernização industrial desvinculada dos interesses econômicos norte- americanos eram pontos comuns dos partidos. O PCB acreditava que, apoiar o desenvolvimento político – econômico do país, expandindo as relações capitalistas em todos os setores da economia, estava criando as condições para que no futuro, a revolução socialista ocorresse. A adesão dos comunistas no programa de reformas consolidou ainda mais a aliança, a despeito das divergências entre os militares e as duas agremiações.(NAPOLITANO, 1998, p. 7).

Paldolfi (1995, p. 196) cita que o otimismo do PCB atingiu o ápice com o comício no dia 13 de março de 1964 em frente à estação Central do Brasil no Rio de Janeiro. O ato foi fortemente influenciado pelos pecebistas. Napolitano (1998, p.10), destaca que com a mobilização popular, o governo e seus aliados de esquerda (como o PCB) esperavam reverter a crise política e fortalecer o presidente.

Como afirma Boulos (2012, p. 218), presentes cerca de 300 mil pessoas, no seu discurso, João Goulart assinou dois decretos de grande impacto popular. Um deles nacionalizou todas as refinarias de petróleo particulares. O outro desapropriou - para fins de reforma agrária – as terras com mais de 100 hectares situadas em uma faixa de 10 quilômetros às margens de rodovias e ferrovias federais.

Contudo, a esquerda e os movimentos sociais acreditavam no apoio majoritário das forças armadas em um eventual confronto contra os opositores ao governo. Como afirma. Napolitano, (1998, p. 10) ” o governo dizia possuir “um dispositivo militar” de defesa em caso de um golpe de Estado patrocinado pela direita” e Pandolfi (1995, p. 195) diz que o PCB acreditava que muitos militares, por serem oriundos da pequena burguesia, tinham ideias progressistas. No caso de um confronto, acreditavam que as Forças Armadas, em sua maioria, apoiaram o que chamavam de “revolução nacional”, e não ao golpe de latifundiários e imperialistas, que fizeram o PCB solidarizar-se com a Revolta dos Marinheiros no Rio de Janeiro criando um grave problema disciplinar nas forças armadas, e, um problema político para Goulart.

A reação conservadora do comício foi no dia 19 de março de 1964 com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e conseqüentemente, como afirma Boulos (2012, p. 219), em 31 de março de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho, vindas de Minas Gerais, marcharam em direção ao Rio de Janeiro a fim de derrubar João Goulart que não resistiu; os militares então assumiram o poder afirmando que salvariam o país da anarquia e do comunismo.

A DERROTA HISTÓRICA E OS DIFERENTES PROJETOS DE REVOLUÇÃO

Em maio de 1965, um ano após o golpe, o PCB realizou sua primeira reunião no período militar. O golpe de 1964 sem dúvidas foi uma derrota histórica para o PCB, e para toda a esquerda e movimentos estudantis e sociais do país. Segundo Rocha (1989, p.09), algumas análises internas do PCB acreditaram que o partido errou por adotar caráter reformista e se alinhar com a burguesia. Em outras avaliações, o erro foi o radicalismo ideológico que contribuiu para a ofensiva dos setores conservadores.

Ao longo da década de 1960 o PCB foi alvo de várias críticas por setores mais radicais internos do partido e pelos movimentos de esquerda no país, como explica na seguinte análise:

No Brasil uma esquerda dissidente, crítica ferrenha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – visto como moralista, pacifista e reformista (...) esquerda radical que surge entre os anos 1960 e 1970 no Brasil – uma esquerda que se autointitula “esquerda revolucionária” – em que se destaca exatamente esse ponto: o anseio pela ação imediata e pelo pragmatismo. Uma das grandes acusações que se faziam ao PCB era, exatamente, a de imobilismo. Os grupos e organizações dissidentes que se formavam desejavam agir imediatamente. Qualquer retardamento da ação era visto como um ato de covardia. O foco guerrilheiro – voltado para a luta, para a ação – era a instância privilegiada de organização, em detrimento dos partidos, associados a “reuniões infundáveis, complicados organogramas, direções pesadas e documentos ilegíveis”. (FICO et al., 2008, p. 258).

Como afirma Napolitano (1998, pp.27-28) em 1967 houve uma série de rupturas porque o PCB liderado por Luís Carlos Prestes, insistia na formação de uma frente liberal, que incluía setores da burguesia liberal, atuando por vias pacíficas contra o regime militar. Por discordarem dessa linha de raciocínio, o PCB, conhecido como partidão, fragmentou –se em meio às críticas dos seus militantes. Nesse contexto surgem outros grupos de esquerda. Pandolfi (1995, p. 199) cita o militante famoso do PCB, Caio Prado Júnior discordando das teses do partido, sobre a existência de um passado feudal no Brasil. Ao afirmar que a agricultura brasileira já era totalmente capitalista. Sem nenhuma ilusão quanto à luta armada, advogado que a revolução brasileira deveria ser realizada numa perspectiva socialista. Vários membros decidem sair do PCB, Carlos Marighella, por exemplo, pede demissão em carta e funda a Ação Libertadora Nacional (ALN):

Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. (...) O centro da gravidade do trabalho executivo [do PCB] repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar relatórios. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais o partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart. Solicitando demissão da atual Executiva – como o faço aqui – desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança. (NOVA; NÓVOA. 1999, p.297).

Outros grupos importantes também aderem à luta armada, o PC do B, dissidência do PCB antes do golpe em 1962, decide montar sua base de guerrilha na região do Araguaia, e, surge outro partido comunista, que para se diferenciar do Partidão, passou a denominar Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O VI CONGRESSO DO PCB

Em dezembro de 1967 o partido realizou seu congresso, sem a participação dos dissidentes, segundo Gorender (1987, P. 92) que era membro do Comitê Central e outros dirigentes, como Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles e Miguel Batista dos Santos, tiveram conhecimento tanto da realização do congresso como da resolução sobre os expulsos do partido através da imprensa.

A avaliação que o houve do congresso foi a seguinte, segundo a percepção de Pandolfi:

Era como se tivesse sofrido um processo de purificação. Isso porque um dos estatutos fundantes da concepção leninista é de depuração. Ou seja, para um partido marxista – leninista, como o PCB, a qualidade é mais importante do que a quantidade de filiados. (PANDOLFI, 1995, p.200).

Ainda, segundo Paldolfi (1995, p. 206), os pecebistas criticaram a luta armada, afirmando que a mudança seria através do caminho eleitoral, e não à luta armada chamada por eles de “esquerdismo aventureiro” e radicalismo. Nesse contexto se aliaram ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em busca do restabelecimento do regime democrático.

A REAÇÃO PELA MORTE DE HERZOG

No dia 27 de outubro de 1975, o comando do II Exército quis simular o suicídio do chefe de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, que tinha 38 anos e era militante do PCB, além de ser muito respeitado no meio profissional.

Uma foto apresentada como prova, divulgada pela imprensa, foi bastante questionada. A altura em que se encontrava a cabeça de Herzog que não havia possibilidade de suicídio.

Um testemunho, colhido por um grupo de advogados da Faculdade de Direito, é a prova do assassinato:

"Meu escritório foi palco de uma audiência a portas trancadas, presentes o professor Goffredo, Prudente de Moraes Neto, o padre Caetano Zolim, Hélio Bicudo, estando eu acompanhado de meus companheiros Arnaldo Malheiros Filho, José Roberto Leal de Carvalho (presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto em 1971) e Maria Luiza Flores da Cunha Bierrenbach. A audiência se destinava a tomar o depoimento de Rodolfo Konder, recém-saído das dependências do DOI-CODI, onde fora torturado e testemunhara a morte de Vladimir Herzog. Ao cabo de várias horas, o professor Goffredo, com solene emoção, disse mais ou menos assim: " triste é a condição de um país em que um escritório de advocacia precisa ser transformado em um tribunal clandestino como única forma de se obterem provas". (DIAS, 2002, p.21)

No dia 31 de outubro de 1975, os estudantes da Universidade de São Paulo convocaram a população para o culto Ecumênico na memória de Herzog na Praça da Sé.

Os alunos da Faculdade de Direito comparecem em grande número. Orador, o professor Dalmo Dallari lembra os versos de Cecília Meireles no Romanceiro da Inconfidência: "Toda vez que um justo grita/Um carrasco o vem calar/ Quem não presta fica vivo/ Quem é bom manda matar". (A HERÓICA PANCADA, 2003, p. 85).

O que era para ser um culto ecumênico se transformou em um grande protesto no centro da

capital, várias ameaças do governo não impediram que oito mil pessoas comparecessem ao evento. Muitos estudantes da Universidade de São Paulo e militantes do PCB foram ao ato em memória de Herzog na Praça da Sé.

PCB EM BUSCA DA LEGALIDADE

Em 1979 foi declarada a anistia, a legalização da abertura de novos partidos políticos acabando com o bipartidarismo. O PCB, na ilegalidade, mantinha-se até então próximo do Movimento Democrático Brasileiro. A novidade era o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), inspirado em algumas organizações sindicais e populares, com o apoio da esquerda católica e da esquerda desvinculada do PCB (parte dos trotskistas), mas não sem ressalvas;

Os comunistas ligados sobretudo ao PCB não viram positivamente a criação do PT. Na concepção dos mais antigos e ortodoxos, sindicalistas e os militantes dos movimentos de base deveriam fazer um trabalho sindical e comunitário, enquanto o trabalho político e partidário, no plano nacional, deveria ser feito pelos partidos de esquerda já existentes. Mesmo desacreditado (...) o PT logo se consolidou, atraindo muitos simpatizantes, sobretudo em parcelas da classe média intelectualizada e entre os operários mais organizados. Ao contrário do ultracentralizado PCB, o PT pregava a participação da militância em todas as decisões partidárias, enfatizando que a democracia deveria começar pelo próprio cotidiano partidário para chegar às instâncias mais elevadas. (NAPOLITANO, 1998, p. 82).

Segundo Pandolfi (1995, p.225) o PCB começava a década de 1980 desacreditado, o maior líder comunista Luiz Carlos Prestes havia saído do partido devido divergências ideológicas. Muitos socialistas optaram pelo recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) ou pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ou ainda, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola.

Somente em 1985 o PCB conquista a legalidade, que na análise interna era o principal empecilho para o crescimento do partido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PCB tinha uma visão de revolução integrada e unificada com a aliança com setores liberais da burguesia em busca do socialismo. Apoiou as reformas de base promovidas pelo Presidente João Goulart porque acreditava que as medidas de igualdade social e anti-imperialistas criaram condições para que a revolução socialista acontecesse, porém, o golpe civil – militar sofrido em 1964 promoveu uma frustração generalizada no partido.

Por mais que radicalizasse, o partido permanecia fiel ao seu modelo de revolução nacional e democrática. Ou seja, de acordo com as proposições oficiais do PCB, a formação de uma ampla frente com todas as forças progressistas que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio era o caminho necessário para realizar, num primeiro momento, a revolução democrática burguesa, condição prévia para a implantação do socialismo. (PANDOLFI, 1995, p. 191).

O PCB acreditava que o radicalismo e o que chamou – se de “esquerdismo aventureiro” era uma utopia, por isso não patrocinava a luta armada contra o regime militar. Sendo alvo de críticas de

movimentos revolucionários chamado de pacifista, reformista e imobilista, vários membros discordaram de seu pragmatismo. Enquanto os grupos de luta armada foram derrotados até o início da década de 1970, o PCB continuou atuando na clandestinidade até 8 de maio de 1985, como explica Pandolfi (1995, p. 226) “o programa, o estatuto, e o manifesto do PCB foram publicados no Diário Oficial da União. Após 38 anos sem registro partidário, aquele era sem dúvida um momento especial.” Apesar de na década de 1980 não ser mais considerado o principal partido de esquerda no país, ele se manteve fiel ao objetivo de restituir a democracia e tentar dirigir o processo revolucionário no Brasil.

Analisar a trajetória do PCB desde o governo Goulart até sua legalização em 1985 oferece aos alunos uma compreensão aprofundada das estratégias de resistência política. Professores podem utilizar esta análise para debater a importância da democracia e os desafios enfrentados na luta contrarregimes autoritários.

REFERÊNCIAS

A Heroica Pancada: Centro Acadêmico XI de Agosto: 100 anos de lutas. Coordenação do projeto e edição Cássio Schubsky: pesquisa, reportagem e texto Eunice Nunes, Herbert Abreu Carvalho, Sandor Rezende. - São Paulo: MEMOJUS, 2003.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História: sociedade e cidadania (edição reformulada) - 2.** Ed. – São Paulo: FTD, 2012.

BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar História: das origens do homem à era digital – 1.** Ed. São Paulo: Moderna, 2011.

DIAS, José Carlos. **Goffredianos de 68. Revista do Advogado.** São Paulo: AASP, 2002, nº 67, ago. p.21

Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas / Organizadores Carlos Fico...[et al.]. — Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas? (Alternativas democráticas à crise política, 1961 – 1964).** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964 – 1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NOVA, Cristiane. NÓVOA, Jorge. Carlos Marighella - **O Homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

PANDOLFI, Dulce Chaves - **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. **A face radical do PCB**. Recife, [s.n.], 1989. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

SEGATTO, José Antônio et al. PCB (1922 – 1982). **Memória Fotográfica**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

SODRÉ, Nelson W. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.